

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/07/2014 a 31/07/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Em Mato Grosso, novo CAR estará disponível em setembro – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 01/07/2014	4
Agricultura sustentável. Delfim Netto – Site da Carta Capital, Economia. 07/07/2014	5
Quem tem medo da agroecologia? Esther Vivas – Site do MST. 11/07/2014.....	6
O Movimento Sindical e o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/07/2014 ...	10
Trabalhadores rurais vão participar de seminário sobre o meio ambiente. Kátia Rodrigues – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 14/07/2014.....	13
Mapa incentiva agricultura de baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 15/07/2014.....	13
Curso para o Cadastro Ambiental Rural oferece 31 mil vagas. Letícia Verdi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/07/2014	14
10ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti, MS, acontecerá de 18 a 20 de julho – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/07/2014.....	15
O erro de achar que a água cai do céu! Dal Marcondes – Site da Carta Capital, Sociedade. 16/07/2014	15
Vegetais orgânicos contêm 60% mais antioxidantes do que com agrotóxicos – Site do MST. 17/07/2014.....	18
Ruralistas impedem que Brasil tenha poder de voto no Protocolo de Nagoya – Site do MST. 17/07/2014.....	19
Brasil Orgânico e Sustentável: visibilidade e novos negócios para agricultores orgânicos e familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/07/2014	23
MPF e Abiec assinarão acordo de cooperação por “pecuária sustentável” – Valor Econômico, Agronegócios. 21/07/2014	25
Chamada Pública agroecológica contemplará 1,2 mil mulheres rurais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/07/2014.....	26
Agricultores familiares recebem assistência técnica para promoção da agroecologia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014.	26
MP pede que Embrapa priorize agricultura que não use agrotóxicos. Maura Silva – Site do MST. 23/07/2014	27
Comitê formado por doadores do Programa Arpa elege comando. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/07/2014	28
Incluir as mulheres no desenvolvimento sustentável. Graciela Rodriguez – Site da Carta Capital, Economia. 25/07/2014	28

Diretor da OIC pede mais pesquisas para a sustentabilidade do café. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 25/07/2014.....	31
Fundo Nacional de Meio Ambiente aplica R\$ 21 milhões em 22 projetos – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/07/2014	32
Plano nacional para concessão de florestas públicas já está definido – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/07/2014	33
Segunda turma do curso sobre CAR abrirá as inscrições em agosto. Letícia Verdi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 28/07/2014.....	33
Debate sobre meio ambiente deve ser politizado, defendem movimentos sociais. Daniel Santini – Site do MST. 29/07/2014	35
Sustentabilidade passará a integrar rotina das empresas brasileiras. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/07/2014.....	38
Feira Agrorgânica abre espaço para debater Plano Nacional de Agroecologia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/07/2014.....	39
Cerrado receberá tecnologias para a baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 30/07/2014.....	40
MMA capacita entidades indigenistas para projetos via Fundo Amazônia – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 31/07/2014	41

Em Mato Grosso, novo CAR estará disponível em setembro – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio ambiente. 01/07/2014

Produtores rurais de Mato Grosso terão que esperar um pouco mais para fazer o CAR Federal. O Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) só deverá estar disponível para receber as informações dos imóveis rurais no mês de setembro, segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). O órgão ainda trabalha nas modificações necessárias para transferir as informações da base estadual para a nacional. O assunto foi discutido na tarde de segunda-feira, 30 de junho, em reunião da Comissão de Meio Ambiente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - FAMATO e a Sema.

No cronograma da Sema, a previsão é de que o Sicar entre em funcionamento, de forma offline, ainda no mês de julho, mas, para isso, é necessário que seja revogada a atual legislação ambiental estadual. No mês de agosto, deverá ocorrer a migração das informações da plataforma estadual para o sistema federal.

Segundo a superintendente de geoinformação e monitoramento ambiental da Sema, Elaine Cursini, ainda estão sendo feitas as alterações e adequações do Sicar de acordo com as particularidades de Mato Grosso. A secretaria aguarda a revogação do MT Legal. "O Estado de Mato Grosso já conta com CAR estadual desde 2009, mas agora, com a lei federal, é necessário que a Assembleia Legislativa revogue a legislação ambiental estadual, o que está previsto para acontecer ainda no mês de julho. A partir disso, já poderemos disponibilizar o Sicar, de forma offline", informa Elaine.

O formato offline possibilitará aos produtores cadastrarem as informações sobre a área que desejam obter o CAR, salvando estes dados no sistema. Assim que o Sicar estiver liberado no módulo online, bastará enviar os dados. "Neste período será possível inserir as informações, verificar os dados necessários e fazer retificações. A preocupação do Estado é que o produtor possa fazer o CAR contendo todas as informações solicitadas corretamente".

Orientação para o produtor - A superintendente da Sema informa que no momento o novo sistema federal não está disponível e os produtores precisam aguardar. "Assim que ele estiver disponível já poderá fazer tudo através do Sicar. No caso dos CARs já emitidos e dos pedidos que foram protocolizados, mas que ainda não saíram, destacamos que serão todos migrados para a plataforma federal. Os produtores receberão um comunicado informando o procedimento para acessar o seu processo assim que o sistema entrar em funcionamento", explica Elaine.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente da FAMATO, Ricardo Arioli, afirma que a entidade continuará acompanhando o desenrolar da situação e já planeja algumas ações de orientação para os produtores assim que o Sicar estiver funcionando. "Estamos em contato constante com a Sema, queremos ser parceiros do órgão neste processo. Os produtores têm urgência, já que precisam do CAR para acessar financiamentos e licenças. Além disso, eles querem fazer a regularização ambiental de suas propriedades. Esperamos que a Sema consiga finalizar o processo de adequação o mais rápido possível", avalia Arioli.

Sobre o Novo Código Florestal - A FAMATO está promovendo palestras para solucionar dúvidas dos produtores rurais do Estado.

Agricultura sustentável. Delfim Netto – Site da Carta Capital, Economia. 07/07/2014

Novas técnicas que integram lavoura, pecuária e floresta produzirão uma revolução na estrutura agrícola do País

A agricultura brasileira produziu este ano 193 milhões e 600 mil toneladas de grãos, de acordo com os últimos levantamentos do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Com todas as dificuldades climáticas que prejudicaram as lavouras em diferentes regiões do País no período de governo da presidenta Dilma Rousseff, a produção de grãos entre as safras 2011/2012 e 2013/2014 cresceu à taxa de 9% ao ano.

Na safra 2014/2015 provavelmente deveremos ultrapassar 200 milhões de toneladas. O campo brasileiro estará produzindo 1 tonelada de grãos e criando um bovino por habitante, sem praticamente ter aumentado a área explorada e utilizando apenas 15% ou 16% de sua força de trabalho.

O desenvolvimento da nossa agricultura é um exemplo claro de que, quando os governos reduzem a sua intervenção no sistema de preços e apoiam o setor privado com bons programas de pesquisa, como os da Embrapa, e com bons programas de crédito e assistência técnica eficiente, como nos últimos Planos de Safra, os produtores respondem aos estímulos, ao contrário do que acreditam alguns altruístas amadores que infestam a burocracia agrária que atrapalha a administração em várias partes do Brasil.

É importante mostrar que esse imenso progresso tem sido feito com respeito às terras indígenas (584 reservas, que ocupam cerca de 14% do território nacional) e à conservação do meio ambiente (1.098 unidades, ocupando em torno de 17% do território). Quando se descontam algumas coincidências entre os dois conjuntos, chega-se a 247 milhões de hectares, ou seja, 29% do território nacional, sem levar em conta a legislação ambiental que atinge a atividade agrícola privada! Numa imperdível entrevista na Agroanalysis, o doutor Evaristo Miranda, da Embrapa, referiu-se ao registro da International Union for Conservation of Nature (IUCN), segundo o qual “os 11 países com mais de 2 milhões de quilômetros quadrados existentes no mundo – China, EUA, Rússia etc. (tirando o Brasil) – dedicam apenas 9%, em média, dos seus territórios às áreas protegidas”.

A compreensão da evidente necessidade de recuperar as nossas imensas áreas degradadas está estimulando a Embrapa, a Academia e o setor privado a desenvolverem novas técnicas de manejo agrícola que integram a lavoura, a pecuária e a exploração florestal numa estratégia (chamada de iLPF) que vem respondendo muito bem em pequenos experimentos. Tem grande probabilidade de produzir uma verdadeira revolução na estrutura agrícola.

É preciso reconhecer que tudo isso não aconteceu por acaso nem caiu do céu. A despeito da enorme confusão de comando do setor agrícola (quatro ministérios e mais Funai, Incra, Ibama etc.), o governo Dilma tem mantido o foco dos seus bons Planos de

Safra. Eles avançaram em assistência ao setor privado e vêm sendo aperfeiçoados a cada ano. O Plano de Safra de 2013/2014 foi muito bem recebido pelos agricultores por suas inovações, que revelaram a sensibilidade do governo com relação aos seus problemas logísticos. Todo o crédito programado foi tomado. O novo e excelente Plano de Safra para 2014/2015 prevê uma ampliação do crédito de custeio e de investimento de quase 15%, com um pequeno aumento da taxa de juro nominal, mas com as taxas de juro reais continuando muito próximas de zero.

Um ponto notável é que pela primeira vez se incluem as florestas plantadas, o que, além de estimular os investimentos num setor muito promissor para as exportações, talvez seja uma resposta às promessas contidas na estratégia de integração lavoura-pecuária-floresta referida acima. Não menos importante é o progresso do seguro rural, que responde ao mais importante problema da agricultura: as incertezas da meteorologia. Dadas as dificuldades e seu alto custo, o progresso tem sido lento, mas seu orçamento no governo Dilma aumentou 31% ao ano (de 238 milhões de reais em 2010 para 700 milhões em 2014).

O governo se esforça para diminuir ainda mais as “incertezas” da atividade agrícola, com o Decreto nº 8.235, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural: nele, os proprietários devem declarar informações minuciosas, de modo a ficar visível eventual “déficit” ou “superávit” ambiental com relação ao exigido pelo Código Florestal de 2012.

Quem tem medo da agroecologia? Esther Vivas – Site do MST. 11/07/2014

Do Público

A agricultura ecológica deixa alguns bem nervosos. É o que se constata, ultimamente, na multiplicação de artigos, entrevistas, livros que tem apenas o objetivo de desprestigiar seu trabalho, desinformar sobre sua prática e desacreditar seus princípios. Trata-se de discursos cheios de falsidades que, vestidos de uma suposta independência científica para se legitimar, contam-nos as “maldades” de um modelo de agricultura e alimentação que ganha progressivamente mais apoios. No entanto, por que tanto esforço para desautorizar esta prática? Quem tem medo da agricultura ecológica?

Quando uma alternativa é bem aceita socialmente, são duas as estratégias para neutralizá-la: a cooptação e a estigmatização. A agricultura ecológica é torpedeada por ambas. Por um lado, cada vez são mais as grandes empresas e os supermercados que produzem e comercializam estes produtos para atender a um florescente nicho de mercado e “limpar” a imagem, mesmo que suas práticas não tenham nada a ver com o que este modelo defende. Seu objetivo é cooptar, comprar, subsumir e integrar esta alternativa ao modelo agroindustrial dominante, esvaziando-a de conteúdo real. Por outro lado, a estratégia do “medo” é estigmatizar, mentir e desinformar sobre a mesma, confundir a opinião pública, para assim desautorizar este modelo alternativo.

E se alguém levanta a voz em sua defesa? Sofre insultos e desqualificações. Se um cientista se posiciona contra a agricultura industrial e transgênica, é tachado de “ideológico”. Como se defender este tipo de agricultura não respondesse a uma determinada ideologia, a daqueles que se situam na órbita das multinacionais

agroalimentares e biotecnológicas e que muitas vezes cobram das mesmas. Se um “não cientista” a critica, então, seu problema é que não sabe, que é um ignorante. De acordo com estes, parece que só os cientistas e, em particular, aqueles que defendem seus próprios postulados, podem ter uma posição válida a respeito. Uma atitude muito respeitosa com a diferença. Outra prática habitual é qualificar quem critica de “magufo”, sinônimo depreciativo, segundo a gíria desta “elite científica”, de anticientífico. Vê-se que defender uma ciência a serviço do público e do coletivo implica em ser contra ela. Uma argumentação de loucos.

Vejam, na sequência, algumas das afirmações mais repetidas para desqualificar e desinformar sobre a agricultura ecológica, e que ampliaremos em artigos subsequentes. Porque há quem acredita que repetir mentiras serve para construir uma “verdade”. Contra a calúnia, dados e informação.

O perigo dos agrotóxicos

“A agricultura ecológica não é mais saudável nem melhor para o meio ambiente”, dizem. Querem nos fazer acreditar que uma agricultura industrial, intensiva, que usa sistematicamente produtos químicos de síntese em sua produção, é igual a uma agricultura ecológica que prescinde dos mesmos. Incrível. Se as práticas agroecológicas emergem é precisamente como resposta a um modelo de agricultura que contamina a terra e os nossos corpos.

Há anos, a retirada e proibição de fitossanitários, agrotóxicos, utilizados na agricultura convencional foram uma constante, após se demonstrar seu impacto negativo sobre a saúde do campesinato e dos consumidores e no meio ambiente. Talvez o caso mais conhecido seja o do DDT, um inseticida utilizado para o controle de pragas desde os anos 1940 e que, devido à sua alta toxicidade ambiental e humana e pouca ou nula biodegradabilidade, foi proibido em muitos países. Em 1972, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos vetou seu uso ao considerá-lo um “potencial cancerígeno para as pessoas”. Outras agências internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, entre outras, denunciaram também estes efeitos. Mesmo assim, quem mantém a afirmação inicial – aqui rebatida – mostra-se ainda, e mesmo que possa surpreender, partidário do DDT e o segue defendendo, apesar de todas as evidências.

No entanto, o DDT não é um caso isolado. Cada ano, produtos químicos de síntese utilizados na agricultura industrial são retirados do mercado pela Comissão Europeia. Sem ir mais longe, em 2012, o Tribunal de Grande Instância de Lyon concluiu que a intoxicação do camponês Paul François e as conseqüentes sequelas em sua saúde foram devidas ao uso e manipulação do herbicida Lasso, da Monsanto, que não informava nem sobre a correta utilização do produto nem sobre seus riscos sanitários. A própria Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) sentenciava no artigo Control of water pollution from agriculture, em 1996, que o uso de pesticidas na agricultura tinha efeitos negativos em vários níveis: 1) Nos sistemas aquáticos, já que sua alta toxicidade e a persistência de químicos degradava as águas. 2) Na saúde humana, pois a inalação, a ingestão e o contato com a pele destes produtos químicos incidia no número de casos de câncer, deformidades congênitas, deficiências no sistema imunológico, mortalidade pulmonar. 3) No meio ambiente, com a morte de organismos,

geração de cânceres, tumores e lesões em animais, através da inibição reprodutiva, e a disfunção endócrina, entre outros. Que fitossanitários serão proibidos amanhã? Impossível saber. Até quando permitiremos continuar sendo cobaias?

Brincando com a saúde dos países do Sul

Capítulo à parte mereceria a análise do impacto destes agrotóxicos sobre a saúde das comunidades próximas às plantações onde são aplicados. Inúmeros foram os casos documentados, especialmente em países do Sul, onde seu uso é mais permissivo. Na Argentina, temos o conhecidíssimo caso das Mães de Ituzaingó, em Córdoba, em pé de guerra contra as fumigações nas plantações de soja ao redor da sua comunidade, e responsáveis pelo alto número de casos de câncer, malformações em recém nascidos, anemia hemolítica... que afetam a sua população. Em 2012, a Câmara I do Crime de Córdoba deu-lhes ganho de causa ao sentenciar que a fumigação com agrotóxicos era crime e seus autores foram condenados por contaminação dolosa.

Em vários países centro-americanos, o uso sistemático do Dibromo Cloropropano (DBCP) em plantações das Standard Fruit Company, Dole Food Corporation Inc., Chiquita Brands International foi o responsável por centenas de mortes, cânceres, deficiências mentais, malformações genéticas, esterilidade e dores por todo o corpo entre seus trabalhadores. Mesmo que, em 1975, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos considerasse a DBCP um possível agente cancerígeno, as multinacionais bananeiras continuaram a usá-lo. A lista poderia continuar com casos de comunidades afetadas pelo uso de agrotóxicos na Índia, Tailândia, Paraguai e muitos outros países. A agricultura industrial produz doenças e mortes, como demonstram os dados. Quem o negar, mente.

Se falamos de alimentação e saúde é necessário referir-se também ao impacto negativo de alguns aditivos alimentares (aromatizantes, colorantes, conservantes, antioxidantes, adoçantes, adensadores, realçadores de sabor, emulsionantes...) em nosso organismo. Está claro que desde as origens da alimentação existem métodos para conservá-la, e é fundamental que assim seja, caso contrário, o que comeríamos? Entretanto, o desenvolvimento da indústria alimentar generalizou o uso de aditivos químicos de síntese para adaptar a alimentação às características de um mercado quilométrico (onde os alimentos viajam grandes distâncias do campo ao prato), consumista (realçando desnecessariamente a cor, o sabor e o aroma dos produtos para torná-los mais apetecíveis) e que adoça artificialmente a alimentação, com produtos que deixam muito a desejar.

Do aspartame e do glutamato monossódico

Não se trata de colocar todos os aditivos no mesmo saco, mas assinalar o impacto que alguns podem ter em nosso organismo, especialmente os aditivos sintéticos, em comparação com os naturais. O livro Os aditivos alimentares. Perigo, de Corinne Gouget, assinala especialmente dois: o aspartame, codificado na Europa com o número E951, e o glutamato monossódico, com o E621.

O aspartame é um adoçante não calórico empregado em refrigerantes e comida “light”. Alguns estudos apontaram as consequências negativas que pode ter em nossa saúde. A Fundação Ramazzini de Oncologia e Ciências Ambientais, com sede na Itália, publicou,

em 2005, na revista *Environmental Health Perspectives* os resultados de um exaustivo trabalho onde, a partir da experimentação com ratos, assinalava os possíveis efeitos cancerígenos do aspartame para o consumo humano. O informe concluía que o aspartame é um potencial agente cancerígeno, inclusive com uma dose diária de 20 miligramas por quilo, muito abaixo dos 40 miligramas por quilo de ingestão diária aceitos pelas autoridades sanitárias europeias. A Fundação Ramazzini concluía que era necessário revisar as diretrizes sobre sua utilização e consumo. No entanto, a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA, em sua sigla em inglês) omitiu estas conclusões e, seguindo a pauta habitual com os trabalhos científicos críticos, desautorizou o trabalho. Não esqueçamos os laços estreitos da EFSA com a indústria alimentar e biotecnológica e como, por exemplo, sua presidenta na Agência Espanhola de Segurança Alimentar é Ángela López de Sá Fernández, ex-diretora da Coca-Cola.

O glutamato monossódico, por sua vez, é um aditivo realçador de sabor muito utilizado em frios, hambúrgueres, misturas de condimentos, sopas, molhos, batatas fritas, guloseimas. Estes últimos, muito consumidos pelas crianças. Em 2005, o professor de fisiologia e endocrinologia experimental da Universidade Complutense de Madri, Jesús Fernández-Tresguerres, um dos 35 membros da Real Academia Nacional de Medicina, publicou nos Anais da Real Academia Nacional de Medicina os resultados de um longo trabalho onde analisava os efeitos da ingestão de glutamato monossódico no controle do apetite. As conclusões foram demolidoras: sua ingestão aumentava a fome e a voracidade em 40% e impedia o bom funcionamento dos mecanismos inibidores do apetite, o que contribuía para o aumento da obesidade e, a partir de certas quantidades, se considerava que poderia ter efeitos tóxicos sobre o organismo. Alguns chegaram a denunciar, informalmente, esta substância como “a nicotina dos alimentos”.

Além do aspartame e do glutamato monossódico, outros aditivos também se mostraram prejudiciais à saúde humana, e acabaram sendo retirados do mercado. Em 2007, a Comissão Europeia proibiu o uso do colorante vermelho 2G (E128), utilizado mormente em linguças e hambúrgueres, ao considerar, depois de uma reavaliação da EFSA, que este poderia ter “efeitos genotóxicos e cancerígenos” para as pessoas. A avaliação toxicológica anterior foi realizada 25 anos atrás. Outros estudos assinalaram como a mistura de alguns colorantes, muitas vezes utilizados em refrigerantes e “guloseimas”, combinados com a ingestão de outros aditivos presentes por sua vez nestes produtos provocaria hiperatividade infantil. Assim concluía um estudo sobre aditivos alimentares publicado na revista *The Lancet*, em 2007: “As cores artificiais ou o conservante benzoato de sódio (ou ambos) na dieta provocam um aumento da hiperatividade em crianças de três anos e em crianças entre oito e nove anos”. O maravilhoso e duro documentário francês *Nossos filhos nos acusarão*, nos recorda, como assinala o seu título, a responsabilidade que temos.

A agricultura ecológica, ao contrário, prescinde destes aditivos químicos de síntese, colocando no centro da produção de alimentos a saúde das pessoas e do planeta. Quem pode considerar, visto o que foi visto aqui, que a agricultura e a alimentação industrial, intensiva e transgênica é mais respeitosa com as pessoas e o meio ambiente que a ecológica? Vocês decidem.

O Movimento Sindical e o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 11/07/2014

O 11º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, realizado em março de 2013, reforçou a orientação política do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS). Indicou que o Movimento Sindical (MSTTR) deve avançar com maior vigor nas ações estratégicas que se contraponham ao modelo hegemônico que sustentou décadas de supremacia da visão de Estado mínimo, desregulação, privatização e flexibilização de direitos, sob a orientação do receituário liberal, globalmente. Este modelo acentuou a dependência entre nações e povos, inserindo o Brasil no circuito do agronegócio, aprofundando a disputa pelo domínio de terras e mercados, agudizando a aliança de poder entre o latifúndio, o capital financeiro, as grandes empresas do agronegócio, além de setores do Estado e grandes canais de comunicação de massa.

Ao comemorar 50 anos, a CONTAG contabiliza conquistas fundamentais na disputa por um modelo de desenvolvimento mais sustentável e solidário. Com o Grito da Terra Brasil e Marcha das Margaridas, em especial, é reconhecidamente a instituição responsável pela criação das principais políticas públicas para o meio rural (Pronaf, Aposentadoria Rural, Educação do Campo, PNAE e PAA, Seguro de Renda da Agricultura Familiar, Cooperativismo Solidário, Política Nacional da Agroecologia e Orgânicos, Política Nacional de ATER, dentre outras).

Entretanto, sabemos que o desafio é gigantesco e que avançaremos somente com o apoio da sociedade, numa contínua ação contra hegemônica que consolide a agricultura familiar e a agroecologia como modo e referência de produção e sustentabilidade, para garantia da soberania e segurança alimentar e inclusão social. Esta ação deve influenciar a política interna e externa envolvendo populações do campo e cidades, por meio de redes e alianças, para enfrentamento permanente e progressivo ao pensamento liberal do agronegócio, em especial. Ou seja, o MSTTR precisa atuar cada vez mais articulado desde as comunidades locais, nos municípios, ao nacional, articulando e integrando redes sociais estratégicas tendo por referência o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

A construção do PNDRSS

Ao longo das duas últimas décadas, o Brasil vem conquistando espaços cada vez mais estratégicos na economia mundial, deixando de ser um país meramente exportador de commodities para um país em acelerada ascensão da indústria e serviços de qualidade, combinando crescimento com distribuição de renda e inclusão social. Contudo, falta ao Brasil um planejamento que considere o rural como estratégico ao seu desenvolvimento, especialmente, para garantir soberania e segurança alimentar aos brasileiros e outras populações do mundo e para enfrentamento dos desafios da sustentabilidade ambiental.

A 2ª CNDRSS, que teve por principal objetivo final a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), foi construída com a participação de todas as instâncias, do local ao nacional, envolvendo: 283 Conferências Territoriais e Intermunicipais, com 27.126 participantes; Eventos Preparatórios Mulheres, com 1.417 participantes; 04 Conferências Livres, com 220 participantes; 131

Conferências Municipais, com 6.420 participantes; 8 Conferências Setoriais e Temáticas, com 670 participantes, 27 Conferências Estaduais/Distrital, com 27.126 participantes e, finalmente, 1 Conferência Nacional, com 1.751 participantes.

Para dar conta desses desafios, nesse período, foram realizadas duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNRSS). A primeira realizada em 2008, em Olinda/PE, abordou a importância do 'Brasil Rural com Gente' e teve por principal produto a elaboração de uma Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR). A 2ª CNRSS, realizada em 2013, mobilizou 43 mil participantes e se desafiou a construir um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), tendo por referência a PDBR e estudos recentes sobre o Rural Brasileiro.

Objetivos Estratégicos do PNDRSS:

1. Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis;
2. Promover a Reforma Agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
3. Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa;
4. Promover a gestão e a participação social na implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas;
5. Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecologia.
6. Promover a autonomia das mulheres por meio da garantia e à cidadania, da organização produtiva, gestão econômica e qualificação das políticas e serviços públicos;
7. Promover a autonomia e a emancipação da juventude rural por meio da qualificação das políticas e serviços públicos, com ênfase nas políticas educacionais e da organização produtiva;
8. Promover o etnodesenvolvimento, valorizando a agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade.

A estrutura do PNDRSS

O Planejamento é uma ferramenta das sociedades organizadas, em especial, utilizada para alcançar o máximo de eficiência nos seus objetivos. Consiste em uma importante tarefa de gestão e administração que está relacionada com a preparação, organização e estruturação. Ele se estrutura nos níveis estratégico, tático e operacional, sendo essencial na tomada de decisões e execução das ações planejadas, bem como, na avaliação dos resultados para medir se as decisões tomadas foram acertadas ou se são necessárias

correções.

Partindo das 11.320 propostas apresentadas pelas Conferências Territoriais e Intermunicipais, que apreciadas e sistematizadas pelas instâncias Estaduais e Distrital, Setoriais e Temáticas e, finalmente, pela Conferência Nacional, resultaram em 100 prioridades para compor o PNDRSS. São propostas que dialogam diretamente com as tendências e desafios globais, sinalizando um novo ciclo das políticas públicas para o desenvolvimento rural brasileiro.

As propostas indicam a necessidade de articulação e sincronização das políticas públicas em âmbito federativo, intersetorial e intragovernamental, para assegurar a sustentabilidade das ações desde o nível comunitário aos demais níveis da federação. Nesse sentido, é necessário organizar um Sistema Nacional para gerir o PNDRSS, capaz de orientar a destinação dos recursos, bem como, de avaliar e propor os ajustes necessários à implementação eficiente das políticas públicas, de acordo com as demandas e especificidades.

Instrumentos de Gestão das Políticas Públicas:

Elaborar e executar Planos são atribuições do Executivo (prefeitos, Governos Estaduais e Distrital e Presidência da República) e Legislativo (vereadores, deputados e senadores), que devem se orientar por três instrumentos legais, combinados: 1) Plano Plurianual (PPA) – instrumento previsto na Constituição Federal de 1988, que se destina a organizar e viabilizar a ação governamental para além de um ano fiscal, possibilitando a execução de um projeto de desenvolvimento de médio e longo prazo, se confundindo com a gestão das políticas públicas; 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – indica as metas e prioridades da administração pública do ano corrente, para orientar a elaboração dos orçamentos sintonizados com as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos no PPA; e, 3) Lei Orçamentária Anual (LOA) – estabelece as despesas autorizadas e as receitas previstas para o ano de modo a viabilizar o cumprimento dos objetivos e das metas do PPA em consonância com a LDO.

Ação do Movimento Sindical no PNDRSS

Como visto, o Plano Nacional deve expressar as reais demandas dos Planos de Desenvolvimento Rural dos Territórios, Municípios, Estados, Distrito Federal e União. Portanto, o Movimento Sindical (Sindicatos, Federações e CONTAG) deve atuar de forma estratégica, em parceria com organizações da sociedade civil e dos governos, na mobilização e articulação a fim de garantir uma gestão eficiente das Políticas Públicas, em especial, por meio dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, ou similares, nas respectivas instâncias.

É importante esclarecer que o PPA contribui para que o governo declare e organize sua atuação, a fim de entregar o produto certo, no local certo, na hora certa; e quando executado de forma participativa, permite à sociedade avaliar se o governo está cumprindo os compromissos firmados na eleição e sua coerência com o que preconiza a Constituição Federal. O PPA é elaborado no primeiro ano de mandato do Executivo para um período máximo de quatro anos.

Faz parte da dinâmica de implementação do PNDRSS a sua atualização permanente. Para tanto, serão constituídos dois comitês: Comitê Permanente, composto por representantes da Sociedade Civil e do Poder Público, e um Comitê Interministerial, composto por representantes dos ministérios com assento no Condraf. A CONTAG participará do Comitê Permanente, portanto, é fundamental estar atento para a inserção das demandas do Grito da Terra 2014 durante a atualização do Plano, visto que as suas propostas influenciarão na definição de metas para os próximos PPAs.

Mas, conforme indicado pela 2ª CNDRSS, é preciso constituir representações populares de qualidade com formação de lideranças municipais sobre gestão e controle de políticas públicas, em especial, para fortalecimento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Na visão da CONTAG, somente com a existência de CMDRS fortes e comprometidos com a gestão eficiente de Planos Municipais de Desenvolvimento avançaremos com os demais espaços de gestão das políticas públicas, seja na direção das comunidades ou dos estados e União. PORTANTO, MÃOS-À-OBRA!

Trabalhadores rurais vão participar de seminário sobre o meio ambiente. Kátia Rodrigues – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 14/07/2014

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí - FETAG-PI, através da Secretaria de Meio Ambiente e Convivência com o Semiárido, realizará nos dias 23 e 24 de julho, o 1º Seminário de Meio Ambiente da FETAG-PI, e terá como tema “Agricultura Familiar: Produzindo e Conservando a Biodiversidade”.

De acordo com a secretária, Maria Betânia, o objetivo do evento é dialogar e construir ações para o fortalecimento da Política Ambiental do STTR frente ao modelo de Desenvolvimento atual. “Neste seminário iremos tratar de assuntos importantes, como: Meio Ambiente e os Desafios frente ao modelo de Desenvolvimento atual; O PADRSS e o Meio Ambiente; Cadastro Ambiental Rural e Legislação Ambiental e Fiscalização”, explicou.

Mapa incentiva agricultura de baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 15/07/2014

Diversos convênios estão sendo firmados para que produtores possam adotar técnicas sustentáveis no campo

A agricultura de baixa emissão de carbono tem sido importante para produtores rurais de todo o Brasil, a fim de que possam adotar tecnologias de produção sustentável, aumentar a produção e consequentemente a renda dos agricultores. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) incentiva essas técnicas que ajudam a preservar o solo e a água por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC).

Diversos convênios têm sido firmados para que as tecnologias sejam implantadas no campo em todos os estados do país. No Pará, a SDC firmou contrato com a Empresa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PA) para a implementação de projeto de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para produtores no âmbito da agricultura de baixa emissão de carbono. Os cursos serão voltados para famílias agroextrativistas para a certificação de produtos orgânicos no estado.

Para o Amazonas, foi firmado convênio com a Secretaria de Estado de Produção Rural do Amazonas para a capacitação e divulgação de tecnologias como recuperação de pastagens degradadas, integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), sistemas agroflorestais, Plantio Direto, Florestas Plantadas, entre outras, na região.

A agricultura de baixa emissão de carbono também será implementada no setor agropecuário do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal por meio de convênios firmados com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócios do Rio Grande do Sul e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-DF). Tanto no Rio Grande do Sul quanto no Distrito Federal serão realizadas capacitações e no DF, serão implantadas unidades de referência para a transferência de tecnologias.

Curso para o Cadastro Ambiental Rural oferece 31 mil vagas. Letícia Verdi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/07/2014

Estão abertas, desde o dia 3 de julho, as inscrições para o curso à distância de Capacitação para o Cadastro Ambiental Rural (CapCAR). Serão oferecidas 31 mil vagas, distribuídas em quatro turmas, sendo que a primeira vai priorizar a inscrição de profissionais de órgãos públicos de meio ambiente e extensão rural. A inscrição é gratuita e, para a primeira turma, fica aberta até o dia 20 de julho, por meio de um hotsite (link ao final da matéria). As turmas seguintes serão abertas quando a primeira for finalizada.

O diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Gabriel Lui, destaca o caráter multiplicador do curso. “O objetivo é aumentar a capilaridade em campo, por meio de multiplicadores que levarão informações tanto sobre a legislação quanto sobre o sistema do CAR”, afirmou Lui.

O curso é resultado das ações de fomento e apoio à implementação da Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), que criou o CAR. O objetivo é formar facilitadores para o cadastramento de imóveis rurais no CAR, com prioridade para o apoio aos proprietários ou posseiros rurais que tenham área de até quatro módulos fiscais e desenvolvam atividades agrossilvipastoris, conforme previsto na lei.

O curso, chamado de CapCAR, tem duração de 78 horas, com dedicação média de 12 horas semanais, e será ministrado em até sete semanas. A primeira turma começa no dia 12 de agosto. Cada turma será acompanhada por um tutor (docente on-line), preparado para tirar dúvidas de conteúdo e de uso das ferramentas. Os participantes receberão um certificado de curso de extensão emitido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA).

10ª Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti, MS, acontecerá de 18 a 20 de julho – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/07/2014

A décima edição da Feira de Sementes Nativas e Crioulas e de Produtos Agroecológicos de Juti, MS, acontecerá de 18 a 20 de julho e os organizadores realizarão uma homenagem à irmã Lucinda, uma das mentoras do evento juntamente com a Comissão Pastoral da Terra através da equipe de Dourados.

Com o tema “Cuide da Mãe-Terra que gera a vida!”, os realizadores do evento têm como missão “Resgatar e valorizar os produtos saudáveis -sem agrotóxicos- assim como da própria cultura camponesa. A feira é uma vitrine alternativa para a produção com sementes crioulas e a defesa de um modelo de agricultura baseado na sustentabilidade, tendo em conta a dimensão social, política, ambiental, cultural, organizativa e econômica.”.

Haverá palestras, troca de sementes e conhecimentos, oficinas, sementes e produtos agroecológicos. O público-alvo é acadêmicos de graduação e pós-graduação, assentados, indígenas e quilombolas, e comunidade em geral. Além da Feira, também será realizado o 3º Seminário sobre uso e conservação do Cerrado do Sul de Mato Grosso do Sul.

Local: Salão da Paróquia Santa Luzia

Realizadores: APOMS – CPT – Embrapa Agropecoária Oeste – Instituto Cerrado Guarani – UFGD

Apoio: Fundect – CNPq – COOPERFAMILIAR – Faculdade Anhanguera De Dourados – Irmãs De São José De Chamberi – PROEXT/MEC – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI – AADS – DFDA/MS – Rádio Criativa FM – SFA/MS – SINTRAF-JUTI – Funai – Sindicato Rural-Juti – AGRAER

O erro de achar que a água cai do céu! Dal Marcondes – Site da Carta Capital, Sociedade. 16/07/2014

O debate eleitoral em torno da água não vai resolver o assunto e pode levar à opção o “quanto pior, melhor”, em detrimento do bem-estar de 20 milhões de pessoas no Sudeste

A água não é política, água é um direito social e um insumo econômico de primeira necessidade. Muitos negócios somente são possíveis porque há água disponível. Até bem pouco tempo, quando se falava em seca, principalmente na mídia, era quase sempre na região conhecida como semiárido nordestino. No Sul Maravilha a questão da água sempre foi tratada como um problema de gestão e de engenharia. Pouco se fala da necessidade de se “produzir água”, e isso não é um problema de engenharia, mas de gestão de recursos naturais.

Os órgãos especializados na gestão de água e mananciais no Brasil, como a Agência Nacional de Águas e diversas universidades vêm alertando há alguns anos que a gestão de água no Brasil é casual, não é integrada e não tem uma relação direta com a questão

fundamental da produção da água. O tema, aliás, é tratado por muitos engenheiros com certo desdém, sob o argumento de que “não é possível produzir água”, afinal, ela cai do céu. No entanto, o cuidado com rios e mananciais é fundamental para que as empresas de captação e tratamento possam ter disponível água de boa qualidade.

E mesmo a questão do “cair do céu” requer alguma atenção especial, pois a água não é gerada no céu, verdadeiros rios aéreos circulam em torno do planeta e, no Brasil especialmente, trazem água do Caribe, reciclam sobre a Amazônia, chovem sobre o Pantanal e irrigam as lavouras e as cidades do Sul/Sudeste. Há excelentes trabalhos realizados pelo cientista Antônio Nobre, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) que mostram essa dinâmica em detalhes e porque se corre o risco de transformar o clima da região de maior PIB do País em um deserto.

O tema da produção de água esteve presente na discussão do Código Florestal, aprovado em 2012, quando a redução das áreas de proteção às margens de cursos d’água foi colocada como fator fundamental para o aumento de produtividade nas propriedades rurais. Nessa época a discussão ficou centrada em pode ou não pode, não se colocou de forma incisiva a necessidade do pagamento por serviços ambientais que essas áreas prestam à economia e à sociedade brasileira. Venceu o interesse individual. Essas áreas deveriam ter sido tratadas como “produtoras de água” e, portanto, remuneradas por isso.

Os mananciais mais prejudicados pela seca intensa que assola algumas regiões do Brasil estão em São Paulo, onde há, ainda, a maior demanda pelo recurso, seja no campo ou na cidade. A questão tem sido tratada de forma partidária, principalmente pelo medo do atual governador e candidato à reeleição, Geraldo Alckmin, de um provável racionamento de água ser utilizado na campanha, o que vai acontecer com certeza absoluta. Deveríamos ir além dessa partidarização rasteira e analisar as propostas concretas para a superação do problema em longo prazo.

Há algumas questões estruturais quando o tema é produção de água. A primeira é entender que, apesar de não se poder construir um “fábrica de água”, é possível criar condições favoráveis para que o ciclo vital da água se realize de forma mais intensa. Para isso é preciso recuperar e preservar áreas de nascentes e proteger os cursos d’água com a ampliação da cobertura florestal em suas margens o máximo possível.

Outra questão importante é entender que parte da “função social” da terra é preservar os serviços ambientais por ela prestados. Assim, os proprietários e produtores rurais devem fazer parte de uma grande rede de produtores de água, capacitados, com tecnologia, assistência técnica e os recursos necessários para a identificação de nascentes e cursos d’água eventualmente secos pela derrubada da mata e implantação de plantios ou pastagens, e a realização das ações necessárias para a recuperação e preservação dessas fontes de água.

Produtores rurais também devem ser apoiados em ações que ajudem a proteger os mananciais em sua propriedade ou adjacentes da contaminação por qualquer tipo de produto químico utilizado nas lavouras ou com os animais. Esses produtos quando

levados aos rios são contaminantes de alto impacto para a biodiversidade e torna o tratamento da água mais caro.

Bom, mas como fazer com que essa rede de fato funcione? Isso não é uma novidade, o pagamento por serviços ambientais, já bastante conhecido pela sigla PSA, é um tema em discussão há muito tempo e já aplicado com sucesso em diversas modalidades, inclusive na produção de água. Mas é preciso uma Política de Estado para que ele seja visto como um investimento fundamental para a segurança hídrica do país. E no caso específico da região Sudeste, uma política universal instituída no sistema de coleta, tratamento e distribuição de água.

Obras de engenharia podem ajudar a gestão da água pontualmente, um levantamento da Agência Nacional de Água (ANA), ainda em 2010, apontou que o problema do abastecimento é generalizado pelo País. Dos 5.565 municípios brasileiros, mais da metade terão problemas de abastecimento até 2015. E para tentar adiar o problema por ao menos uma década será preciso desembolsar 22 bilhões de reais em obras de infraestrutura, construção de sistemas de distribuição, novas estações de tratamento e manutenção de redes muito antigas, que perdem mais de 30% da água tratada antes de chegar à casa dos clientes.

Nesse valor não estão incluídos os recursos necessários para resolver o problema do saneamento básico, com a construção de sistemas de coleta de esgoto e estações de tratamento, de forma a proteger os mananciais onde se faz a captação para consumo humano. Para isso, segundo a ANA, serão necessários outros 47,8 bilhões de reais.

O abastecimento das duas principais regiões metropolitanas do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, está ameaçado por conta da superutilização dos mananciais, já bastante poluídos e degradados por conta da falta de uma visão mais sistêmica, onde a preservação e a gestão devem caminhar de mãos dadas. O sistema Cantareira tornou-se o vilão da hora para a mídia, mas não é o único e talvez nem seja o principal. O sistema do Paraíba do Sul, que alimenta o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro também não suporta mais sua carga, com águas poluídas e margens devastadas.

O fato de não chover de forma regular em grande parte do Brasil, e levar ao colapso sistemas de abastecimento, não significa que exista menos água circulando pelo país. Acredita-se que a quantidade de água que circula sobre o país seja basicamente a mesma de sempre, no entanto, os desequilíbrios existentes nos ecossistemas faz com que o regime de chuvas seja errático, por isso grandes enchentes em algumas regiões da Amazônia, onde choveu a água que deveria ter caído mais ao Sul, e no Sul do país, onde a chuva caiu antes de chegar à região Sudeste e sobrecarregou os rios locais.

As políticas de gestão de recursos hídricos devem tomar vulto nas próximas eleições em São Paulo, é preciso ir além das acusações e discutir os modelos. Visão de gestão que inclua a recuperação ambiental dos rios e mananciais do Estado, modelo de operação das empresas concessionárias que disputam entre si para obter vantagens em captação e não se responsabilizam de fato pelos investimentos necessários em tratamento de esgotos e por aí vai.

No momento a crise hídrica paulista está em seu ponto alto, mas vai voltar a chover. Pode-se esquecer do assunto até a próxima seca (que virá com toda a certeza) ou

trabalhar para recuperar a capacidade de produção de água dos biomas regionais e nacionais e manter os sistema de abastecimento funcionando com conforto para a economia e para as pessoas. (Envolverde)

Vegetais orgânicos contêm 60% mais antioxidantes do que com agrotóxicos – Site do MST. 17/07/2014

Do Portal EcoD

Depois de analisar 343 estudos sobre as diferenças entre as culturas orgânicas produzidas em modo biológico e as convencionais, a equipe de investigadores descobriu que a alimentação feita por frutos, vegetais e cereais biológicos, assim como seus derivados, fornece o dobro de antioxidantes das porções convencionais.

O estudo, publicado nesta segunda-feira, 14 de julho, no *British Journal of Nutrition*, mostra também a existência de níveis significativamente mais baixos de metais pesados em culturas orgânicas biológicas. O cádmio – um dos três metais pesados, conjuntamente com o chumbo e o mercúrio, para os quais a Comissão Europeia estabeleceu limites máximos permitidos em alimentos – aparece em quantidade 50% inferior em culturas orgânicas biológicas, em comparação com as convencionais.

A pesquisa, financiada pelo Programa-Quadro de Investigação da União Europeia e pelo Sheepdrove Trust, descobriu que as concentrações de antioxidantes – tais como os polifenóis – são significativamente mais elevadas (69%) em culturas orgânicas produzidas em modo biológico.

Vários estudos estabeleceram correlações entre a presença de antioxidantes e a redução do risco de doenças crônicas, incluindo as cardiovasculares e as degenerativas, assim como o câncer.

Concentrações substancialmente mais baixas de uma série de metais pesados, incluindo o cádmio, foram também detectadas em culturas orgânicas biológicas (48% mais baixas, em média).

Informação ao consumidor

Foram encontradas concentrações significativamente mais baixas de nitrogênio nas culturas orgânicas. As concentrações de nitrogênio total foram 10%, nitrato 30% e nitrito 87% menores nos orgânicos do que nas culturas convencionais. O estudo também encontrou quatro vezes menos resíduos de pesticidas em culturas orgânicas biológicas.

O professor Carlo Leifert, da Universidade de Newcastle (que liderou o estudo), afirma: “Este estudo demonstra que a escolha de alimentos produzidos de acordo com os standards biológicos pode levar ao aumento da ingestão de antioxidantes desejáveis do ponto de vista nutricional e diminuir a exposição a metais pesados tóxicos. Este fato constitui uma importante adição à informação já existente e disponível para o consumidor, e que até agora se tem revelado confusa e, em muitos casos, conflituosa”.

Novo método

Este foi o mais extenso estudo de análise de constituintes em alimentos em modo biológico e convencional alguma vez produzido por uma equipe internacional, e resultou de revisão sistemática de literatura contendo uma meta análise.

As descobertas contradizem as de 2009 da Food Standards Agency (FSA) do Reino Unido, que em estudo comissionado encontraram a inexistência de diferenças significativas ou benefícios nutricionais no consumo de alimentos biológicos.

O estudo comissionado pela FSA baseou as suas conclusões em apenas 46 publicações que incluíam culturas orgânicas, carne e leite, enquanto que a meta análise liderada pela Universidade de Newcastle é baseada em dados de 343 publicações disponíveis e revistas sobre diferenças de composição entre culturas orgânicas biológicas e convencionais.

“A diferença principal entre os dois estudos é o tempo”, explicou o Professor Leifert, especialista em Agricultura Ecológica na Universidade de Newcastle. “A investigação nesta área tem sido lenta e hoje em dia existem mais dados do que há cinco anos”.

O doutor Gavin Stewart, docente em Síntese de Evidência e especialista em meta análise da equipe da Universidade de Newcastle, referiu: “A ampliação da base disponível permite-nos usar métodos estatísticos mais apropriados para concluir de modo mais definitivo relativamente às diferenças entre culturas orgânicas biológicas e convencionais”.

Significado das descobertas

O Professor Carl Leifert revelou: “O debate entre biológico e convencional tem rolado durante décadas, mas a evidência deste estudo é conclusiva – os alimentos orgânicos têm concentrações elevadas de antioxidantes e baixas de metais pesados e pesticidas”.

“No entanto, este estudo deve ser encarado como um ponto de partida. Nós demonstramos, sem margem para dúvidas, que existem diferenças na composição de alimentos biológicos e convencionais, e agora existe uma necessidade urgente de desenvolver intervenções controladas na dieta humana e estudos longitudinais especificamente desenhados para identificação e quantificação do impacto na saúde para a mudança para o alimento dependente do modo de produção biológico”.

Ruralistas impedem que Brasil tenha poder de voto no Protocolo de Nagoya – Site do MST. 17/07/2014

Do Instituto Socioambiental

O Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Decorrentes de sua Utilização foi aprovado em 2010, em Nagoya (Japão), durante a 10ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), e é um instrumento internacional que visa implementar a Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

Na semana passada, o texto do Protocolo conseguiu obter o número mínimo de ratificações para que entre em vigor. Cinquenta e um países já ratificaram o Protocolo de Nagoya, que passa a valer em 12 de outubro de 2014 (90 dias após a 50ª ratificação).

Devido à pressão do agronegócio sobre o Congresso Nacional, o Brasil não o ratificou e participará apenas como observador (sem direito a voto) da próxima reunião dos países signatários do Protocolo, (chamada de “conferência das partes”), que ocorrerá na Coreia entre 13 e 17 de outubro deste ano.

O país mais rico do mundo em biodiversidade - estima-se que o Brasil detenha cerca de 20% de todas as espécies vegetais e animais existentes no planeta – terá um papel meramente secundário na definição de questões estratégicas do regime internacional de acesso e repartição dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade.

A entrada em vigor do Protocolo de Nagoya, que ocorrerá em outubro, foi amplamente comemorada pelos países ricos em biodiversidade, que, em sua grande maioria, ratificaram o instrumento, fundamental para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Entre os que ratificaram o Protocolo figuram países em desenvolvimento e ricos em biodiversidade como Indonésia, Índia, México, África do Sul, Madagascar, Quênia, Egito, Síria, Guatemala, Peru, Honduras, Panamá, Uruguai, Vietnã, Hungria, Micronésia, Butão, Vanuatu, Uganda, Seychelles, Mongólia, Laos, Guiné Bissau, Moçambique, Costa do Marfim, Ilhas Maurício, Ilhas Fiji (Veja aqui a lista completa dos signatários do Protocolo de Nagoya).

Entre os países desenvolvidos, a Noruega, a Dinamarca, a Espanha, e a Suíça já o ratificaram. O Parlamento da União Européia aprovou, em abril deste ano, o Regulamento (nº 511/2014) que autoriza a entrada em vigor do Protocolo de Nagoya nos países europeus, bem como estabelece normas para a sua implementação.

Argumento do agronegócio não tem fundamento legal

O Brasil, entretanto, ficou de fora das comemorações pois o Congresso Nacional não ratificou o Protocolo devido às pressões de setores do agronegócio que contra ele se posicionaram. O argumento utilizado, e sem qualquer fundamento legal, foi o de que o Protocolo criaria dificuldades para que as instituições brasileiras acessassem recursos genéticos da soja (originária da China) para fins de pesquisa e melhoramento genético vegetal. Ocorre que as condições para o acesso aos recursos genéticos da soja serão determinadas pela legislação chinesa, e não pelo Protocolo de Nagoya.

Diretamente vinculado à Convenção da Diversidade Biológica (CDB), o Protocolo de Nagoya é um instrumento novo que visa promover a implementação do terceiro objetivo da CDB: a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos (e dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, detidos por comunidades indígenas e tradicionais).

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) é o principal instrumento internacional destinado a promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade. É também um dos instrumentos internacionais mais amplamente aceitos e ratificados em todo o mundo: 192 países e a União Européia são parte da CDB. Todos os países membros das Nações Unidas – com exceção dos EUA, Andorra e Sudão do Sul- integram a CDB. Entre os princípios consagrados pela convenção, está a soberania dos Estados sobre os seus recursos naturais.

Assim, a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos pertence aos governos nacionais e está sujeita à legislação nacional (dos países de origem de tais recursos). Este princípio prevaleceu sobre o conceito (anterior à CDB) de que tais recursos constituiriam “patrimônio da humanidade”.

De acordo com a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), qualquer empresa ou instituição científica interessada em acessar recursos genéticos para realizar pesquisa científica ou desenvolver novos produtos deve pedir autorização prévia ao país de origem de tais recursos, assim como repartir eventuais benefícios (monetários e não monetários) com os países de origem de tais recursos. Alguns, como os Estados Unidos, pleiteavam o livre acesso a tais recursos, o que contrariava os interesses dos países ricos em biodiversidade, como o Brasil.

A preocupação dos países megadiversos em assegurar a sua soberania sobre os recursos genéticos aumentou principalmente nos anos 1990, com o avanço das patentes e outros direitos de propriedade intelectual sobre produtos ou processos desenvolvidos com base no acesso a recursos genéticos. Se, por um lado, o acesso à biodiversidade era livre (por ser considerada “patrimônio da humanidade”), o acesso aos produtos e processos desenvolvidos com base na biodiversidade - fármacos, cosméticos, alimentos, etc- se tornou cada vez mais restrito em virtude da concessão de patentes e outros direitos de propriedade intelectual sobre eles.

Acesso aos recursos genéticos está sujeito a consentimento prévio

Nos termos da CDB, o acesso aos recursos genéticos deve estar sujeito ao “consentimento prévio e fundamentado” do país de origem, e os benefícios derivados de sua utilização também devem ser repartidos de forma “justa e equitativa” com o país de origem. Ainda de acordo com a convenção, as condições para o acesso aos recursos genéticos devem ser estabelecidas através de termos mutuamente acordados entre os países provedores e usuários de tais recursos.

Outro aspecto importante da CDB é a proteção conferida aos conhecimentos, inovações e práticas de comunidades indígenas e locais – seringueiros, ribeirinhos, quilombolas, etc – relevantes e úteis à conservação da diversidade biológica. Tais comunidades têm, ao longo de gerações, selecionado e manejado espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas e também têm direitos à repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pela utilização de seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

O Protocolo de Nagoya complementa e dá maior efetividade e concretude às normas da CDB que asseguram a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade. É essencialmente um acordo pelo qual os países (usuários e provedores de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados) se comprometem a garantir o respeito às legislações nacionais de acesso e repartição de benefícios. Ou seja, para que o Protocolo tenha efetividade, é necessário que os países adotem as suas próprias legislações nacionais, pois elas é que deverão ser cumpridas pelos demais países que fazem parte dele.

O Protocolo estabelece expressamente a necessidade do consentimento prévio informado das comunidades indígenas e locais para o acesso a conhecimentos

tradicionais associados a recursos genéticos de que sejam detentoras, assim como a obrigação de repartir os benefícios derivados da utilização de tais conhecimentos com as referidas comunidades.

Em relação aos recursos genéticos detidos por comunidades indígenas e locais, estabelece a obrigação de repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de tais recursos com as comunidades envolvidas. Entretanto, afirma que tal obrigação (de repartir benefícios com comunidades detentoras de recursos genéticos) só se aplica nos países em que a lei nacional reconhece este direito a tais comunidades, como é o caso do Brasil.

Protocolo estabeleceu obrigações legais para provedores e usuários

Uma das principais razões para que os países megadiversos participassem das negociações do Protocolo de Nagoya foi a preocupação de que a biopirataria e a apropriação indevida dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais não seriam combatidos de forma eficaz sem o estabelecimento de obrigações legais e vinculantes tanto para países provedores como para países usuários de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

Ou seja, não basta que os países provedores (ricos em biodiversidade) desenvolvam as suas leis nacionais, se não houver mecanismos de controle também nos países usuários. Depois que os recursos e conhecimentos tradicionais deixam o seu país de origem é fundamental o controle e a fiscalização de sua utilização nos países usuários (onde tais recursos serão utilizados para pesquisa e desenvolvimento).

Assim, o Protocolo de Nagoya estabelece que não apenas países megadiversos (como Brasil, Índia, etc) devem adotar leis nacionais de acesso e repartição de benefícios, mas também os países usuários (como França, Alemanha, Japão, etc) precisam de medidas para assegurar que a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de recursos genéticos dentro de seus territórios respeitem as leis dos países onde foram acessados.

O Protocolo determina que os países devem estabelecer normas claras e transparentes em suas legislações nacionais, assim como providenciar a emissão de uma autorização de acesso (ou seu equivalente) como prova de que houve o consentimento prévio informado da parte provedora do acesso ao recurso genético e/ou conhecimento tradicional associado.

Esta autorização se transformará em um certificado internacionalmente reconhecido de cumprimento de tais legislações nacionais. Os países (partes do Protocolo) deverão ainda designar um ou mais pontos de controle em seus territórios, onde tal certificado internacionalmente reconhecido deverá ser apresentado, para fins de comprovação da origem lícita dos recursos.

Agronegócio falou mais alto

O Brasil teve um papel fundamental nas negociações do Protocolo de Nagoya, e como país megadiverso seria de seu interesse direto participar (com direito a voto) da primeira reunião dos países signatários, onde serão definidas questões-chave para a sua implementação. O lobby do agronegócio no Congresso, entretanto, falou mais alto.

Para o agronegócio, a exclusão da soja do sistema multilateral de acesso e repartição de benefícios do Tratado Internacional (da FAO) sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura criará dificuldades para que as instituições brasileiras acessem recursos genéticos da soja (originária da China) para fins de pesquisa e melhoramento genético.

Como já se disse acima, o argumento não têm qualquer fundamento legal, já que as condições para o acesso aos recursos genéticos da soja serão determinadas pela legislação chinesa, e não pelo Protocolo de Nagoya. Ao ratificar o Protocolo de Nagoya, o Brasil estaria apenas se comprometendo a respeitar a legislação da China, que – independentemente da assinatura ou não do Protocolo pelo Brasil – poderá editar normas nacionais sobre o acesso aos seus recursos fitogenéticos de soja.

Assinando ou não o Protocolo, o Brasil não poderá violar a soberania da China sobre os seus recursos naturais e fazer coleta de recursos genéticos da soja no território chinês, sem a prévia autorização do Estado chinês. Além disto, é evidente que o Protocolo de Nagoya não tem efeito retroativo, e suas normas só serão aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Assim, as variedades melhoradas de soja atualmente utilizadas pelo agronegócio não serão afetadas pelo Protocolo de Nagoya, ao contrário do que afirma.

Ademais, sabe-se que o melhoramento genético da soja desenvolvido por instituições brasileiras se baseia principalmente no acesso a recursos genéticos da soja que já estão disponíveis nas coleções *ex situ* (bancos de germoplasma) mantidas por instituições brasileiras, e não na coleta de recursos genéticos da soja em condições *in situ*.

Por outro lado, ao deixar de ratificar o Protocolo de Nagoya, o Brasil revela não apenas uma grande incoerência em seus posicionamentos internacionais – pois trabalhou ativamente pela aprovação do Protocolo, e depois não o ratificou internamente – como também perde oportunidades importantes de auferir benefícios (monetários e não monetários) pela exploração do seu rico e diversificado patrimônio biológico e genético.

Brasil Orgânico e Sustentável: visibilidade e novos negócios para agricultores orgânicos e familiares – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 18/07/2014

Produtores avaliaram positivamente oportunidade oferecida pelos quiosques que funcionaram durante a Copa do Mundo em 10 cidades-sede do torneio

Brasília, 18 – A Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre) aproveitou os dias que passou no quiosque do Brasil Orgânico e Sustentável, em Fortaleza, durante a Copa do Mundo, e conseguiu vender todo o estoque que levou para a capital cearense.

"Levamos 350 quilos de castanha do Brasil e vendemos tudo. Apuramos R\$ 10,5 mil", conta Maria de Fátima Nascimento, representante da cooperativa, que reúne 1,8 mil famílias extrativistas de 10 municípios do Acre. Para ela, no entanto, o maior benefício foi fechar negócio com três empresas locais. "É um novo horizonte que a gente abre para escoar o nosso produto", avaliou.

A cooperativa está entre os cerca de 60 empreendimentos da agricultura familiar e orgânica que representaram 25 mil famílias rurais de todo o país nos quiosques instalados em 10 cidades-sede da Copa do Mundo.

Eles foram selecionados por edital público do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para participar do Brasil Orgânico e Sustentável, parte das ações da agenda de sustentabilidade do governo brasileiro durante a Copa de 2014. O objetivo era divulgar a agricultura familiar e orgânica e incentivar o consumo de produtos orgânicos e saudáveis.

Os quiosques funcionaram em Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. No total, R\$ 128 mil foram comercializados.

Em Salvador, a Cooperativa de Consumidores Rede Moinho visitou o estande e fez parceria para vender produtos de duas cooperativas do Brasil Orgânico e Sustentável. "O quiosque foi uma experiência muito interessante porque se tornou um ponto de encontro das pessoas que se interessam por produtos orgânicos", destacou Alessandro Vigilante, dirigente da Rede Moinho.

Para a agricultora Maria Brígida de Souza, da Cooperativa de Produtores Orgânicos e Biodinâmicos da Chapada Diamantina (Cooperbio), que já vende o café na Rede Moinho, a experiência foi rica para entender os consumidores internacionais. "Os estrangeiros preferem o café torrado, sem moer, diferente do que preparamos aqui no Brasil", conta.

De acordo com o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, a oportunidade deu visibilidade e valorizou os produtos da agricultura familiar.

"Foi importante para chamar a atenção da população para um setor estratégico da economia brasileira e para alimentos de qualidade, produzidos de forma sustentável e que, muitas vezes, são desconhecidos do grande público", afirmou.

Expectativa – O vice-presidente da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e toda Santa Catarina (Cooperfamília), Lino de Souza, também fez avaliação positiva da participação da entidade em Curitiba.

"A visibilidade que ganhamos foi boa, tanto para a cooperativa quanto para os nossos produtos, principalmente porque passaram pelo quiosque muitos estrangeiros e brasileiros de várias partes do país. Isso pode render bons negócios no futuro", afirmou.

Ainda segundo Lino, foi feito contato com empresas para a venda de produtos no atacado. No momento, os agricultores estudam a capacidade de produção da cooperativa, de forma a atender as demandas das empresas.

A Cooperfamília reúne 330 famílias, fatura R\$ 2 milhões por ano e tem uma linha de 32 produtos, entre geleias, doces, melado, farinhas, sucos, bolachas, bolo e pães. A maior parte da produção é vendida para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O secretário Arnaldo de Campos informa que as ações de valorização da alimentação saudável vão prosseguir até os Jogos Olímpicos de 2016. "A intenção do governo é estimular a população a consumir alimentos saudáveis, de alto valor nutricional, e também combater as consequências da má alimentação, como o sobrepeso e a obesidade, uma realidade que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos", concluiu.

Kits Lanches – Além dos quiosques, o MDS, em parceria com o Ministério do Esporte (ME), ficou responsável pelos cerca de 20 mil kits lanches com produtos orgânicos e da agricultura para os voluntários que trabalharam na Copa do Mundo. Entre os produtos, mel, castanhas, sucos orgânicos, entre outros. A compra dos alimentos foi feita por meio da modalidade de Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ao custo de R\$ 1 milhão.

A Campanha Brasil Orgânico e Sustentável contou com a parceria da Agência de Cooperação Alemã (GIZ), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), do Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD) e da Associação Brasil Orgânico e Sustentável (Abramos), além do apoio do Serviço Social do Comércio (Sesc).

A iniciativa integrou a Agenda de Sustentabilidade do Governo Brasileiro na Copa do Mundo de 2014, junto com as ações de Certificação e Gestão Sustentável das Arenas, Campanha Passaporte Verde, Resíduos e Reciclagem e Mitigação e Compensação de Emissões.

MPF e Abiec assinarão acordo de cooperação por “pecuária sustentável” – Valor Econômico, Agronegócios. 21/07/2014

SÃO PAULO - O Ministério Público Federal (MPF) e a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) vão assinar acordo de cooperação técnica pela pecuária sustentável na próxima quinta-feira, em Brasília.

Conforme nota divulgada pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria Geral da República, o objetivo do acordo é evitar que os frigoríficos de carne bovina comprem animais para abate provenientes de áreas desmatadas na Amazônia ou de onde tenham sido constatadas outras irregularidades ambientais e sociais, como invasão de terras públicas e trabalho escravo.

Segundo o comunicado, o objetivo do termo de cooperação também é consolidar e ampliar o programa Municípios Verdes, “reconhecido pela implementação de benefícios a produtores rurais e empresários”. Além disso, visa ainda reforçar o apoio a “empresas (principalmente frigoríficos) no cumprimento de metas e compromissos ajustados com o MPF”.

A PGR ressalta que desde 2009, o MPF desenvolve trabalho no combate ao desmatamento decorrente da produção pecuária, principalmente na Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). “Com apoio do Ibama, de prefeituras e de organizações não governamentais, firmou compromisso com todos os elos da cadeia produtiva (produtor rural – frigorífico – supermercado – consumidor final), o que resultou em queda acentuada das taxas de desflorestamento”, informa o comunicado.

De acordo com a Procuradoria, o termo de cooperação com a Abiec amplia esse trabalho. “Quando a associação participa, o trabalho fica institucionalizado e isonômico, ou seja, passa a ter uma abrangência maior e com medidas iguais implementadas por todos”, diz o procurador da República Daniel César Azeredo Avelino, coordenador do Grupo de Trabalho Amazônia Legal, no comunicado.

Chamada Pública agroecológica contemplará 1,2 mil mulheres rurais – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/07/2014

Mulheres rurais residentes em Territórios da Cidadania, em cinco estados, poderão fortalecer sua produção agroecológica. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lança Chamada Pública de contratação de entidades para a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em agroecologia. O edital visa atender 1,2 mil trabalhadoras preferencialmente organizadas em grupos produtivos.

As propostas deverão ser apresentadas até dia 16 de agosto no site do ministério. O valor total de recursos investidos será superior a R\$ 3,5 milhões.

A ação busca beneficiar, exclusivamente: agricultoras familiares, extrativistas, quilombolas, pescadoras artesanais e/ou indígenas. Serão contempladas com a chamada, mulheres rurais que vivem no Vale do Ribeira (SP), Médio Jequitinhonha (MG), Médio Alto Uruguai (RS), Planalto Norte (SC) e Baixada Cuiabana (MT).

Quem pode participar

Poderão participar da Chamada Pública instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Para contratação, as instituições selecionadas deverão estar cadastradas e em situação regular perante os sistemas de Cadastramento de Fornecedores – Sicaf e de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. As entidades também devem apresentar situação trabalhista regular.

Para mais informações acesse aqui a íntegra do edital Chamada Pública nº 01/2014 - ATER Mulheres Agroecologia.

Agricultores familiares recebem assistência técnica para promoção da agroecologia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/07/2014

Mais de mil agricultores familiares de 46 municípios do Paraná recebem, a partir deste mês de julho, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para suas atividades de produção agroecológicas. A ação, que prevê a visita de técnicos às propriedades, visa levantar dados da unidade de produção, bem como a situação socioeconômica da família e da produção. A fase seguinte será a de planejamento do trabalho para os próximos dois anos de produção.

A iniciativa é fruto de contrato, no valor total de R\$ 5,2 milhões, firmado entre os governos Federal e estadual. A Biolabore Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná prestará serviços de Ater, para consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia e para promover o desenvolvimento local, dentro das diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

**MP pede que Embrapa priorize agricultura que não use agrotóxicos. Maura Silva
– Site do MST. 23/07/2014**

Da Página do MST

O Ministério Público Federal encaminhou no dia 12/06 um ofício à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sugerindo que a mesma promova a instigação das políticas indutoras do desenvolvimento agrícola brasileiro sem o uso de agrotóxicos. Em tese, o MP propõe que sejam adotados modelos alternativos de produção agrícola, tendo em vista a insustentabilidade dos atuais sistemas utilizados.

O ofício, que foi ratificado no Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos em 2013, cita que o órgão federal tem recebido sucessivas reclamações em relação às linhas de pesquisa da Embrapa, que privilegiam o modelo agroquímico e o uso de agrotóxicos em detrimento das formas naturais de produção de alimentos e controle das pragas, como a agroecologia.

De acordo com dados da Embrapa, o orçamento da empresa para projetos de pesquisa sobre agroecologia e agricultura familiar é de 20% de seus recursos apenas.

“(…) em face da instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), cujos objetivos incluem o desenvolvimento de ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica de base agroecológica para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população (Decreto nº 7.794/2012, art. 1º), solicitamos que essa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária confira especial tratamento às demandas relativas a essa área”, afirma o documento.

Muito tem se questionado sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no país. O Brasil é o país que mais usa agrotóxicos no mundo. São consumidos cerca de 1 bilhão de litros ao ano, o que representa 5,2 litros por brasileiro; 22 dos venenos mais comuns em território nacional são proibidos na Europa por serem comprovadamente danosos à saúde e meio ambiente.

O atual modelo de produção explora de maneira irracional os recursos naturais em busca de lucros incessantes, com soluções imediatistas às custas da saúde da população, do trabalhador e do meio ambiente.

Para Fran Paulo de Castro, da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, o país tem avançado a passos lentos nessa questão. “O Brasil, que tem umas das maiores produções agrícolas do mundo, não pode ficar à mercê da exposição desmedida de venenos”, salienta.

Para ela, o ofício, embora não determine sanções duras ao uso, pesquisa e produção de agrotóxicos, já oferece o respaldo inicial para o reporte da campanha. “Esse reconhecimento do Ministério Público é prova de que devemos seguir adiante com as tratativas pela exigência do fim do uso de agrotóxicos no Brasil”.

Fran cita também as pressões sofridas por parte das entidades que estão na campanha pelo fim dos agrotóxicos. “Muitas empresas nos ameaçaram judicialmente para não seguirmos com as mobilizações, sofremos ataques de todos os lados”.

Comitê formado por doadores do Programa Arpa elege comando. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/07/2014

Projeto é um dos mais importantes na conservação de florestas tropicais em todo o mundo

Os integrantes do Comitê do Fundo de Transição do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) elegeram o conselheiro da WWF-Brasil, Paulo Sodré, e a representante da Fundação Moore, AVECITA Chinchon, como seus dirigentes, em reunião realizada durante toda esta quarta-feira (23/07), no Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília.

O Arpa entra na sua terceira fase e terá 25 anos (de 2014 a 2039) para alcançar a independência financeira, mantendo-se com recursos próprios, ao contrário do que ocorre atualmente. Durante este período, o governo brasileiro assumirá, gradualmente, a reposição dos recursos, até atingir 100% de seu financiamento.

O programa é financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial; governo da Alemanha, através do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW); Rede WWF, a partir do WWF Brasil; e Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nos próximos 25 anos, receberá R\$ 477 milhões (US\$ 215 milhões), a serem depositados em um fundo de transição para garantir a manutenção dos 60 milhões de hectares de Unidades de Conservação (UCs) apoiadas pelo Arpa.

SUSTENTABILIDADE

A estratégia de financiamento, no longo prazo, é resultado da iniciativa “Compromisso com a Amazônia - Arpa para Vida”, lançada em 2012, durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). O projeto representa esforço inovador para garantir a sustentabilidade das UCs, que cobrem 15% da Amazônia brasileira.

Lançado em 2002, o Programa Arpa é considerado, hoje, um dos mais importantes na conservação de florestas tropicais em todo o mundo, ligado à temática das unidades de conservação no Brasil. O Arpa foi criado com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia, proteger 60 milhões de hectares, assegurar recursos financeiros para a gestão destas áreas, a curto e longo prazos, e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Incluir as mulheres no desenvolvimento sustentável. Graciela Rodriguez – Site da Carta Capital, Economia. 25/07/2014

Justamente por sua condição desigual nas sociedades, mulheres pobres têm enfrentado com enormes dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica em muitos países

Incluir os direitos das mulheres no conceito e nas políticas de desenvolvimento sustentável não é obviedade e nem tarefa fácil. Os debates nesse sentido, que têm

considerado a incorporação da justiça social e da problemática ambiental – ambas questões fundamentais – pouco têm incorporado a perspectiva das mulheres e suas necessidades e demandas específicas. Entretanto, é fácil perceber que sem contemplar as mulheres, nem o desenvolvimento, e muito menos a sustentabilidade, não serão realmente alcançados.

Sabemos que o papel das mulheres no mundo, e em particular nos países do chamado Sul Global, tem mudado de forma significativa nas últimas décadas, especialmente em relação à sua inserção crescente no mundo do trabalho e nos espaços de poder. O avanço da industrialização, em particular com a globalização, transformou a estrutura produtiva e deu continuidade ao processo de urbanização, o que, junto à queda das taxas de fecundidade que chegou a muitos dos países menos desenvolvidos, proporcionou um aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. A sociedade urbano-industrial provocou uma mudança em todas as classes sociais no mundo todo.

Entretanto, as mulheres em sua maioria não quebraram a interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, e assim a invisibilidade do trabalho feminino doméstico se mantém, como também as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva. Toda uma problemática comum que acompanha as mulheres no mundo inteiro, e que encontra também inúmeros denominadores comuns, como a violência doméstica e sexual, a falta de garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, as desigualdades na remuneração de homens e mulheres, a maior presença feminina na informalidade, dentre outras formas que assumem as desigualdades e em particular as discriminações de gênero.

Assim, no mercado de trabalho olhado globalmente, estudos relacionando o emprego de mulheres nos setores exportadores, em especial no setor industrial, ainda que também na agricultura e nos serviços, têm apoiado a tese de que a produção nos países em desenvolvimento tem se produzido em tándem com a feminização do trabalho remunerado”.

Ressaltando a difícil comparabilidade internacional dos dados de emprego, o rápido crescimento econômico dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no período recente se traduziu na criação de milhões de novos postos de trabalho (da ordem de 22 milhões em 2007). Essa expansão foi mais de cinco vezes superior à verificada em toda a área da OCDE no mesmo período.

A vinculação crescente da mão de obra feminina na fabricação de mercancias, especialmente as destinadas à exportação é uma constatação na produção globalizada realizada nas “fábricas do mercado mundial”, sustentadas na presença de mulheres contratadas por salários muito baixos e em condições precárias.

É importante salientar que de fato todas as grandes performances produtivas realizadas nas últimas décadas no mundo globalizado foram realizadas com a incorporação maciça de mulheres ao mercado de trabalho, o que ajudou a diminuir de modo geral as taxas salariais globais nas últimas décadas.

Dentro dessa perspectiva, e justamente por sua condição desigual nas sociedades, as mulheres pobres têm enfrentado com enormes dificuldades os processos de globalização e de liberalização econômica e, por isso, em muitos países, entre eles nos BRICS, elas

estão entre os principais “perdedores”, sendo possível afirmar que as desigualdades que marcam a relação entre homens e mulheres foram um fator importante e funcional para possibilitar essa queda salarial.

Outro importante elemento de constatação das desigualdades de gênero das nossas sociedades se encontra nas brechas salariais entre homens e mulheres ainda presentes em todos os países dos BRICS com taxas em torno de 60-70%, com uma ênfase maior no caso da Índia e do Brasil – ambos países com forte peso da participação feminina no setor informal.

Deste modo, a inserção produtiva das mulheres nos países menos desenvolvidos e em particular nos países dos BRICS, continua mostrando as profundas desigualdades de gênero que precisam ser encaradas na hora de debater a sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico. Porém, não é só este aspecto econômico de participação feminina no mercado de trabalho o único elemento de desigualdade a ser considerado na hora de refletir e definir o que é o desenvolvimento sustentável para os países dos BRICS.

Os temas populacionais, ligados com a reprodução biológica e social de nossas sociedades, e a relação entre os sistemas econômicos e a vida cotidiana das populações que na privacidade dos lares enfrentam a preparação de seres humanos para o funcionamento do mercado, ou melhor, para a própria vida, nos enfrentam com a necessidade de refletir sobre a complexidade dos processos de desenvolvimento. Muitas das desigualdades se produzem na distribuição dos cuidados e, assim, as políticas públicas com perspectiva de gênero podem ser estratégias de equidade social já que elas têm possibilidades de regular as ofertas de oportunidades para os cidadãos.

Também, e finalmente, neste rápido resumo de elementos a serem considerados no debate sobre incorporação das mulheres ao desenvolvimento com justiça e equidade, é preciso considerar aspectos políticos, culturais e outros, incluindo o papel de um Estado democrático e laico em torno do aprofundamento da cidadania, a autodeterminação reprodutiva das mulheres, a proteção social, etc.; em soma de garantia de cumprimento dos direitos humanos.

O Banco dos BRICS surgido da Cúpula de Fortaleza deve atentar para estes aspectos de uma infraestrutura social para o desenvolvimento sustentável que priorize o acesso à água potável, o saneamento básico, a saúde preventiva, a educação pré-escolar, etc. em fim, as políticas do cuidado que deve ser assumido socialmente, superando a atual divisão sexual do trabalho e a super-exploração do trabalho das mulheres que dela decorre. Parece tão longe, mas é simples assim.

Consideramos que o âmbito dos BRICS – países fundamentais para a determinação dos rumos do desenvolvimento do Sul global – nos oferece uma oportunidade para desenvolver esses debates, ao mesmo tempo em que a disputa pelos rumos políticos e econômicos do bloco, nos permita fortalecer a sociedade civil de tais países, em particular os movimentos de mulheres e feministas, para o enfrentamento das suas mazelas sociais.

Justamente por ocasião da VI Cúpula dos BRICS realizada em Fortaleza e no marco do Encontro “Diálogos sobre Desenvolvimento na perspectiva dos Povos”, essa

participação das mulheres e também a crítica ao atual modelo de desenvolvimento que assumem os países BRICS foram o foco dos debates do I Fórum de Mulheres dos países BRICS.

Graciela Rodriguez é coordenadora do Instituto Equit, membro da AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras e da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Participante do GR-RI.

Diretor da OIC pede mais pesquisas para a sustentabilidade do café. Carine Ferreira – Valor Econômico, Agronegócios. 25/07/2014

SÃO PAULO - O diretor-executivo da Organização Internacional do Café (OIC), o brasileiro Robério Oliveira Silva, em sua primeira coluna para o Relatório Global de Café, ressaltou a necessidade de mais investimentos público-privados em pesquisas sobre o café para proteger os cafeicultores em relação à seca e doenças.

Na América Central, as lavouras de café são afetadas pela ferrugem, provocada por um fungo. Já o Brasil enfrentou este ano a pior seca em décadas que deve diminuir a oferta global da commodity, pois o país é o maior fornecedor mundial do produto, responsável por cerca de um terço dessa oferta.

Em abril deste ano, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgou um relatório com previsões de sérias ameaças à cultura do café diante do aumento das temperaturas e mudanças dos padrões de chuvas. O IPCC projetou que a produção de café, especialmente a de arábica, seria reduzida significativamente pela propagação de doenças e pragas nas plantas em todos os países estudados em 2050, conforme o artigo.

Essas previsões, de acordo com Silva, requerem uma ação decisiva para garantir a oferta de café e proteger a vida de milhões de famílias cafeicultoras no mundo. “É tempo para os setores público e privado acelerarem e investirem em robusta pesquisa científica e serviços de extensão para os produtores”.

O diretor da OIC também comenta que os apreciadores de café talvez não veem um significativo aumento nos preços de sua xícara de café no curto prazo, mas não se pode subestimar o que as ameaças climáticas podem representar para os preços no longo prazo.

Diante de um aumento de pragas, doenças e secas, uma das demandas mais importantes hoje para o setor cafeeiro é o melhoramento de plantas para a produção de variedades híbridas mais resistentes.

Os governos da Colômbia e do Brasil, por exemplo, têm estudos significativos e programas de extensão para os cafeicultores.

Parcerias público-privadas como a “World Coffee Research (WCR)” são promessas para revolucionar o conhecimento científico sobre o café e produzir híbridos para aumentar a qualidade e a produtividade do produto. A WCR é uma organização sem fins lucrativos, fundada pela indústria global de café e liderada por cientistas e universidades em todo o mundo, diz o artigo.

Por meio de acordos formais com países produtores, incluindo membros da OIC, organizações de pesquisa vão colaborar na produção de variedades de café mais “fortes” para os seus agricultores.

Entretanto, a falta de acesso a mecanismos de financiamento é um obstáculo que impede os produtores de fazer investimentos e adotar práticas agrícolas mais sustentáveis, adaptando-se às ameaças climáticas.

A OIC está abordando esta questão por meio do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro, que visa facilitar o diálogo sobre temas relacionados ao financiamento e gestão de riscos no setor cafeeiro, com ênfase em pequenos e médios produtores.

A OIC também irá produzir um relatório sobre iniciativas de adaptação do setor cafeeiro para as alterações climáticas. O relatório deverá incluir planos de diversificação dos projetos existentes para incluir cientistas de instituições e universidades nacionais e internacionais.

A primeira fase do relatório será apresentado em Nova York, em setembro deste ano. E a segunda fase do projeto e apresentação final ocorrerão em setembro de 2015, em Paris, para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, em inglês).

Fundo Nacional de Meio Ambiente aplica R\$ 21 milhões em 22 projetos – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 25/07/2014

Educação ambiental, áreas degradadas, espécies ameaçadas de extinção e fortalecimento institucional têm prioridade.

Os conselheiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), reunidos nesta sexta-feira (25/07), em Brasília, selecionaram dez projetos que receberão recursos de R\$ 3 milhões para investir em temas como educação ambiental, recuperação de áreas degradadas, recuperação de espécies da fauna ameaçadas de extinção e programas voltados ao fortalecimento institucional de alguns municípios. Durante a reunião, foram apresentados, ainda, os resultados decorrentes da parceria firmada entre o FNMA e o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CEF), que permitirá o financiamento de outros 12 projetos com o montante de R\$ 21 milhões.

O conselho classificou, no total, 25 projetos, entre titulares e suplentes, para os investimentos em 2014 e 2015, e que responderam à demanda espontânea de 2013. A lista com os resultados da reunião desta sexta-feira será publicada no Diário Oficial da União no início da próxima semana. Desses, os dez projetos titulares selecionados seguem, agora, para adequação técnica e posterior repasse dos recursos, com prazo de execução de até 18 meses.

Os 12 projetos apoiados pela parceria FNMA e Fundo Socioambiental da CEF abrangem áreas que vão desde extrativismo e frutos do cerrado, a ecoturismo, projetos de apoio à eficiência energética na Caatinga, e projetos de implantação de parques fluviais urbanos.

Plano nacional para concessão de florestas públicas já está definido – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 28/07/2014

Outorgas em 2015 podem transferir 3,5 milhões de hectares para manejo sustentável

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicou, no Diário Oficial da União desta segunda-feira (28/07), a Portaria nº 263 definindo o Plano Anual de Outorga Florestal do próximo ano (PAOF 2015), já disponível no site do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O objetivo é selecionar e descrever as florestas públicas federais (FPF) habilitadas para concessão, com base na convergência e no alinhamento com outras políticas públicas da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Para o próximo PAOF foram selecionados 3,5 milhões de hectares de florestas, distribuídos em oito florestas nacionais e uma área destacada de gleba não destinada, mas com interesse do SFB para destinação direta, localizadas nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia. O PAOF 2015 foi elaborado com base no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em novembro de 2013, registrava aproximadamente 313 milhões de hectares cadastrados - em torno de 224 milhões de hectares de florestas federais, 89 milhões de hectares estaduais e 120 mil hectares municipais.

MANEJO SUSTENTÁVEL

O documento descreve, a cada ano, quais áreas que poderão ser submetidas à concessão, permitindo aos empreendedores ter acesso a florestas públicas para o manejo sustentável e explorar produtos e serviços. As florestas públicas do Brasil estão localizadas nos diferentes biomas e regiões do país. No entanto, a maior parte (92,1%) encontra-se na região Amazônica.

São compostas por terras indígenas (36%), Unidades de Conservação Federal (19%), florestas públicas estaduais destinadas (14%), glebas arrecadadas pela União e estados e ainda não destinadas (26%), áreas de uso comunitário (4%) e áreas militares (1%). Nos 313 milhões de hectares de florestas públicas, a seleção de áreas para concessão florestal observa, entre outros critérios, os impedimentos e as restrições legais, o que permitiu a exclusão de 98,9% dessas áreas, especialmente, as terras indígenas, as unidades de proteção integral e as áreas de uso comunitário.

Segunda turma do curso sobre CAR abrirá as inscrições em agosto. Letícia Verdi – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 28/07/2014

As inscrições para o curso on line de Capacitação em Cadastro Ambiental Rural (CapCAR) reabrem no dia 12 de agosto. A primeira turma, oferecida no começo deste mês, superou as expectativas dos organizadores e recebeu 20 mil inscrições. “O CAR é um ato declaratório e pode ser feito diretamente pelo proprietário ou posseiro rural. Os pequenos proprietários que tiverem dificuldade no cadastro devem recorrer ao poder público para receber auxílio, conforme diz a lei”, explicou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral.

O objetivo do curso é formar facilitadores para o cadastro de imóveis rurais, com prioridade para o apoio aos proprietários ou posseiros rurais que tenham área de até quatro módulos fiscais e desenvolvam atividades agrossilvipastoris, conforme previsto na Lei 12.651/2012 (atual Código Florestal).

NOVAS TURMAS

Os inscritos passarão por um processo seletivo e as aulas da primeira turma começam no dia 12 de agosto. A segunda, com inscrições do dia 12 ao dia 31 de agosto, está prevista para começar no dia 15 de setembro. No total, serão quatro turmas, sendo a primeira de mil alunos e as demais de 10 mil cada. “Caso as expectativas sejam superadas novamente e o número de inscrições for maior do que as vagas, o MMA está avaliando a possibilidade de abrir novas turmas”, afirmou o gerente de projetos do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA),
Allan
Milhomens.

O curso tem duração de 78 horas, com dedicação média de 12 horas semanais, e será ministrado em até sete semanas. Cada turma será acompanhada por um tutor (docente on-line), preparado para tirar dúvidas de conteúdo e de uso das ferramentas. Os participantes receberão um certificado de curso de extensão emitido pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). As inscrições podem ser feitas pelo hot site.

SAIBA MAIS

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP), das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.

Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima), o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Além de possibilitar o planejamento ambiental e econômico do uso e ocupação do imóvel rural, a inscrição no CAR, acompanhada de compromisso de regularização ambiental quando for o caso, é pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, ambos definidos
pela
Lei
12.651/12.

Dentre os benefícios desses programas pode-se citar: Possibilidade de regularização das APP e/ou Reserva Legal vegetação natural suprimida ou alterada até 22/07/2008 no imóvel rural, sem autuação por infração administrativa ou crime ambiental;

Suspensão de sanções em função de infrações administrativas por supressão irregular de vegetação em áreas de APP, Reserva Legal e de uso restrito, cometidas até 22/07/2008;

Obtenção de crédito agrícola, em todas as suas modalidades, com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que o praticado no mercado;

Contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado;

Dedução das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, gerando créditos tributários;

Linhas de financiamento atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas;

Isenção de impostos para os principais insumos e equipamentos, tais como: fio de arame, postes de madeira tratada, bombas d'água, trado de perfuração do solo, dentre outros utilizados para os processos de recuperação e manutenção das Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

Debate sobre meio ambiente deve ser politizado, defendem movimentos sociais. Daniel Santini – Site do MST. 29/07/2014

Da Repórter Brasil

Na porta do auditório onde estão os mais de 140 participantes do VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Paulo Roberto Martins, da Renanosoma, conversa com Pedro Raposo da Silva, do Conselho Indígena de Roraima.

O primeiro é um pesquisador de São Paulo especializado em nanotecnologia, crítico à forma como essa tecnologia está sendo implementada no Brasil.

O segundo é integrante do movimento indígena de Roraima, um dos mais ativos do país na mobilização contra a ofensiva aberta pelo Congresso Nacional contra direitos indígenas, considerada a pior dos últimos 25 anos.

A conversa compenetrada dos dois resume a diversidade que marcou a reunião nacional da rede formada em 2001. Estiveram presentes de integrantes do Movimento Xingu Vivo para Sempre, de resistência à construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, aos do Observatório dos Conflitos do Extremos Sul do Brasil, que faz monitoramento de impactos ambientais na outra ponta do país. Gente que vive em assentamentos, missionários cambonianos, quilombolas, integrantes do movimento negro e LGBT.

Pescadores de diferentes colônias a gerazeiros, aqueles que vivem no sertão de Minas Gerais. Representantes de lutas tão diversas como Articulação Nacional de Agroecologia, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia e Campanha Permanente contra Agrotóxicos. Isso só para citar aleatoriamente alguns dos grupos representados pelas dezenas de participantes.

O encontro durou três dias, nos quais foram discutidos da história da rede à conjuntura atual do país na área socioambiental. Em pauta, temas que nem sempre ganham

destaque, como o próprio conceito que dá nome à rede: justiça ambiental. A articulação questiona o modelo de desenvolvimento vigente, que reforça a desigualdade ambiental.

A ideia central é que a poluição e os impactos das mudanças climáticas não atingem a todos de maneira democrática e uniforme, como fazem crer campanhas ambientais que despolitizam o debate, como as de redução do uso de sacolinhas plásticas ou de economia de água e luz.

A rede aponta que alguns grupos sociais são submetidos a riscos e incertezas maiores de maneira imposta e violenta em processos que costumam ser marcados pela perda de territórios e de acesso a recursos naturais. Marginalizados, ignorados e perseguidos, tais grupos expostos à contaminação são vítimas do que a rede chama de racismo ambiental.

Politização do debate

Julianna Malerba, coordenadora do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da Fase, uma das organizações responsáveis pela realização do encontro, explica que não se trata de ser contra práticas individuais como redução de consumo de energia ou do desperdício de recursos, mas sim de ir além e fazer uma leitura política da preservação do meio ambiente, dando visibilidade às desigualdades ambientais e reconhecendo os atingidos ambientais não como vítimas, mas como sujeitos e protagonistas de mudanças.

Dentro dessa lógica, o próprio debate sobre problemas bastante atuais ganha novas dimensões. Assim, por exemplo, na discussão sobre geração de energia, sobraram críticas não apenas aos megaprojetos de hidrelétricas na Amazônia, à extração de petróleo em águas profundas do Pré-Sal e aos projetos de termoelétricas, energia nuclear e extração de gás de xisto (fracking), mas também às alternativas apresentadas como mais “sustentáveis”, como as usinas eólicas, que também têm gerado graves impactos sociais e ambientais no interior do Nordeste. “A questão não é qual a melhor energia, mas para quem ela é gerada? Para quê?”, explica Juliana.

No questionamento sobre o uso e destinação da energia e não somente sobre as fontes de geração, ganha destaque a crítica às plantas industriais que dependem de alto consumo, muitas delas voltadas para beneficiamento básico de produtos primários para a exportação, como a indústria do alumínio.

Foram feitas durante o encontro denúncias de impactos ambientais provocados por novos complexos industriais nas áreas de mineração e siderurgia, e obras de infraestruturas a eles relacionados, como minerodutos, rodovias e portos.

O uso (e desperdício) de água e energia em megaprojetos de agricultura industrial e mineração também foi questionado, bem como as mudanças legislativas em curso que devem beneficiar novos projetos, tal como a perspectiva de aprovação do novo Marco Regulatório da Mineração.

Foram denunciados diferentes casos de contaminação de água, ar e solo pela aplicação de veneno, rejeitos de mineração e emissões de poluição industrial, com destaque para impactos em comunidades que dependem do meio ambiente para sobreviver, tais como pescadores e pequenos agricultores.

Sobre mineração, os movimentos de Minas Gerais, estado que sediou o encontro,

criticaram a maneira como o Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (Nucam) do Ministério Público Estadual tem mediado conflitos ambientais envolvendo comunidades e áreas afetadas por novos projetos no Estado.

O principal argumento dos grupos é que, ao iniciar negociações, o órgão abre a possibilidade de garantias constitucionais serem suprimidas - direitos não devem e nem podem ser negociados, ressaltam.

Em meio ao encontro, também foi lançado o livro “Formas de Matar, de morrer e de resistir – limites da resolução negociada de conflitos ambientais”, organizado e escrito por diversos pesquisadores membros da rede e publicado pela Editora UFMG, bem como uma atualização do mapa de conflitos ambientais em Minas Gerais, que passou a adotar uma versão wiki aberta à contribuições.

Também foram feitas críticas à condução de estudos de impacto e de audiências públicas sem real participação da população, tidas como formas de legitimar novos empreendimentos.

“Desburocratização” de licenças e economia verde

Os processos de flexibilização da legislação ambiental, a exemplo do que aconteceu na alteração do Código Florestal, e a maneira como eles têm sido defendidos e apresentados, com uso de termos como “desburocratização”, “aceleração” ou “simplificação”, também foram criticados.

As entidades apresentaram diferentes casos de fragilização da legislação ambiental ocorridos nas últimas décadas e falaram em desmonte de mecanismos de controle social e participação relacionados ao meio ambiente, citando ainda o enfraquecimento de órgãos de fiscalização como Ibama e Anvisa, com a redução de orçamentos e corpo técnico.

A rede critica a maneira como tais temas têm sido conduzidos, tanto pelo governo federal quanto por parte dos partidos de oposição. Os integrantes da articulação reclamam que, durante as discussões públicas, as medidas de despolitização do debate são constantes, com a criminalização dos movimentos sociais e a desqualificação de atores. Perseguições, violências, espionagem e assassinato de atingidos ambientais foram lembradas.

Sobraram questionamentos também à chamada “economia verde”, em que recursos naturais, florestas, sementes, água e ar são entendidos e tratados como mercadorias comerciáveis, como uso de mecanismos financeiros tais como o emprego de créditos de carbono (leia mais a respeito na publicação O Lado B da Economia Verde, lançada pela Repórter Brasil durante a Rio+20).

Em contraposição ao desenvolvimento de sementes transgênicas patenteadas e ao incentivo à monocultura na produção agrícola industrial intensiva, as organizações defenderam práticas de agroecologia e agricultura familiar.

Objetivos e estratégias da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

A participação das empresas na produção de conhecimento científico e seu envolvimento crescente com universidades, financiando projetos e pesquisas, também é vista com preocupação, bem como o fato de conhecimentos tradicionais serem desqualificados, uma vertente do assim chamado racismo ambiental.

O foco principal do grupo é a relação entre justiça social e ambiental, e, nesse sentido, a preocupação é em garantir os direitos de comunidades e povos que habitam áreas conservadas.

A implementação de Unidades de Conservação é criticada, por exemplo, quando feita sem consulta ou consideração com tais pessoas que vivem em comunhão com a natureza no entorno de áreas intactas ou dependem delas.

Os movimentos urbanos lembraram que, nas cidades, os processos de gentrificação, com encarecimento do custo de vida, leva a deslocamento dos moradores pobres para áreas sujeitas a riscos ambientais e ecologicamente sensíveis.

Destaque para o fato de tais populações deslocadas muitas vezes acabarem em áreas de risco, mais sujeitas a impactos ambientais como enchentes e desmoronamentos.

Em contraposição ao que chamam de “des-envolvimento”, os integrantes da rede defendem o envolvimento e participação dos atingidos ambientais.

*O repórter viajou a convite da organização do evento.

Sustentabilidade passará a integrar rotina das empresas brasileiras. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/07/2014

Participação do empresariado é fundamental na definição da estratégia nacional

A adoção de ações sustentáveis passará a fazer parte da rotina das empresas brasileiras. O Grupo de Trabalho sobre Relatórios de Sustentabilidade reuniu-se pela primeira vez nesta terça-feira (29/07), em Brasília, para definir diretrizes capazes de orientar o governo federal na construção de uma estratégia nacional de promoção de documentos desse tipo. Os relatórios deverão divulgar o desempenho ambiental, social e econômico das organizações, além de estabelecer objetivos e monitorar possíveis impactos. A expectativa é que, até o fim do ano, se formalize documento com sugestões para a formulação da estratégia nacional.

O incentivo à produção dos relatórios ocorre no âmbito do Grupo dos Amigos do Parágrafo 47, um dos legados da Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada em 2012. O grupo faz referência ao Parágrafo 47 do documento final da Rio+20 – O Futuro que Queremos –, que reconhece a importância da comunicação e divulgação do impacto ambiental das atividades realizadas pelas empresas. O texto reforça, ainda, o papel dos governos na promoção da transparência das decisões e ações sustentáveis.

INTERESSE

A participação do empresariado é fundamental na definição da estratégia nacional de incentivo à sustentabilidade na economia brasileira. A secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Regina Gualda, destacou o papel de cada um dos atores envolvidos com o processo. “O interesse do governo é ouvir todos os envolvidos no sentido de formular diretrizes para uma futura política de promoção dos relatórios de sustentabilidade”, afirmou.

O diretor do Departamento de Produção e Consumo Sustentável do MMA, Ariel Pares, destacou o envolvimento da comunidade internacional com a promoção do desenvolvimento sustentável por meio dos relatórios. Para ele, a questão foi um dos destaques da Rio +20 e é essencial que a estratégia nacional seja definida. “O Parágrafo 47 é um compromisso de natureza internacional e tanto os governos quanto o setor empresarial entenderam sua importância”, ressaltou.

A previsão é que o Grupo de Trabalho se reúna periodicamente até o fim do ano para concluir o documento de orientação com recomendações e sugestões para a estratégia nacional. Além dos representantes do MMA e dos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores, o Grupo de Trabalho conta com membros dos seguintes organismos: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Banco Central, Comissão Brasileira de Acompanhamento de Relatórios Integrados, Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Carbon Disclosure Project (CDP), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS), Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Global Reporting Initiative (GRI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

Feira Agrogânica abre espaço para debater Plano Nacional de Agroecologia – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/07/2014

Nesta quarta-feira (30), as ações do Plano Nacional Agroecologia e Produção Orgânica são destaque na programação da Feira de Agricultura Orgânica de Minas Gerais – a Agrogânica 2014, com palestra do coordenador de Formação da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Cássio Trovatto. Esta é a quarta edição do evento, que ocorre de 30 de julho a 1º de agosto, no Parque de Exposições JK, em Sete Lagoas (MG).

“O interesse em conhecer e discutir o plano demonstra que a população e os agricultores estão cada vez mais interessados em pensar na qualidade do que consomem e na forma que o alimento é produzido”, observa Trovatto. “Debates como este são importantes porque contribuem para a construção de políticas públicas”, acrescenta.

A feira terá palestras sobre políticas para agricultura orgânica, processos de irrigação e conservação de água e energia, plantas medicinais, entre outros temas. O evento busca discutir a agricultura orgânica e acompanhar ações, pesquisas e extensão no setor. A expectativa, segundo os organizadores, é receber cerca de 500 participantes.

O plano

Lançado em outubro de 2013, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi elaborado com a participação do Governo Federal e da sociedade civil. A política tem ações previstas para quatro eixos: produção, consumo, recursos naturais e conhecimento – neste estão incluídas Ater e pesquisa.

Com 125 iniciativas voltadas para agricultores familiares e não familiares, o plano prevê o atendimento de pelo menos 200 mil famílias de agricultores. Além disso, pelo menos 50 mil unidades de produção receberão certificação orgânica no País, até o final de 2015.

O evento

A quarta edição da Feira de Agricultura Orgânica de Minas Gerais é uma realização da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater/MG), da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa) e da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

A feira reúne o segmento agropecuário e busca atingir agricultores familiares e urbanos, proprietários de chácaras e sítios, extensionistas, pesquisadores, professores, estudantes de cursos técnicos e universitários, representantes de organismos e entidades federais, estaduais e municipais ligados à agricultura e ao meio ambiente.

Serviço

Palestra sobre o Plano Nacional Agroecologia e Produção Orgânica, por Cássio Trovatto, coordenador de Formação da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA

Data: 30 de julho (quarta-feira)

Hora: 09 horas

Local: Auditório do Parque de Exposições JK - Rua Dallas, bairro São Cristóvão, nº 60 – Sete Lagoas (MG)

Cerrado receberá tecnologias para a baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 30/07/2014

Recursos de US\$ 10,6 milhões serão aplicados em áreas degradadas

Uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) vai priorizar o bioma Cerrado no sentido de aumentar a área produzida com sistemas sustentáveis de produção e diminuir a pressão sobre as florestas nativas, contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Para isso, serão investidos US\$ 10,6 milhões em recursos do Programa de Investimentos Florestais (FIP, na sigla em inglês). Esse montante será administrado pelo Banco Mundial para a realização de cursos sobre a recuperação das pastagens degradadas, integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iPLF), sistema de plantio direto na palha e florestas plantadas.

As áreas onde serão aplicadas as tecnologias são antropizadas, ou seja, suas características originais foram alteradas por consequência da atividade humana e estão em degradação.

Os cursos serão ministrados para produtores rurais do bioma Cerrado. O projeto prevê ainda a formação de prestadores de assistência técnica nas tecnologias que contribuem para a baixa emissão de carbono para a assessoria a produtores selecionados.

MMA capacita entidades indigenistas para projetos via Fundo Amazônia – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 31/07/2014

Financiamentos vão de R\$ 4 milhões a R\$ 12 milhões

DA REDAÇÃO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizaram, nesta quarta-feira (30/07), em Rio Branco, a primeira capacitação de organizações indígenas e indigenistas candidatas a apresentar projetos no âmbito da chamada pública do Fundo Amazônia. O edital tem o objetivo de apoiar a implantação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA).

As próximas oficinas ocorrerão na próxima semana, em Belém (5 e 6 de agosto) e Manaus (7 e 8 de agosto) e os interessados ainda podem se inscrever. Ao todo, R\$ 70 milhões serão oferecidos pela chamada pública para o financiamento de projetos. O valor financiável de cada proposta é limitado a, no mínimo, R\$ 4 milhões e, no máximo, R\$ 12 milhões. O prazo para envio dos projetos ao BNDES é até 7 de outubro de 2014.

ESCLARECIMENTO

A capacitação conta com o apoio da GIZ, agência de cooperação técnica alemã. A programação inclui a apresentação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas - principal documento que orienta as iniciativas do Fundo Amazônia para as Terras Indígenas e o esclarecimento de dúvidas sobre texto da chamada pública e do documento de apresentação de projetos ao Fundo Amazônia. Os participantes recebem, ainda, orientações de como elaborar um bom projeto e fazem um exercício de elaboração de um projeto fictício que é apresentado e discutido em plenária.

A chamada pública promove benefícios diretos aos povos indígenas situados em terras na Amazônia e contribui para a gestão ambiental, com ênfase na proteção, recuperação ambiental e combate ao desmatamento. A promoção do etnodesenvolvimento, com uso

e manejo dos recursos naturais, respeito aos modos de vida e manifestações culturais dos povos indígenas também está entre as prioridades da iniciativa.

PARTICIPE

Podem participar representantes de organizações indígenas, indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas. Para se inscrever, os interessados o formulário de inscrição preenchido para departamentoextrativismo@mma.gov.br

Veja aqui o texto da chamada pública do Fundo Amazônia de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação de Planos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena.

Belém

Data: 5 e 6 de agosto de 2014

Horário de início: 8h30

Local: FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará

Endereço: Tv. Quintino Bocaiúva, 1588 - Nazaré

Fone: (91) 4009-4815 / 4816 / 4817

Manaus

Data: 7 e 8 de agosto de 2014

Horário de início: 8h30

Local: Campus da UFAM/Centro de Ciências do Ambiente

Endereço: Av. General Rodrigo Jordão Ramos, 6.200, Setor Sul

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

